

REVISTA DE PROCESSO

a. 43

n. 276

fev. 2018

Conteúdo		
Revista de Processo - expectativas e limitações		
LINHA EDITORIAL.....	9	Avaliação Pública da Justiça: Técnicas e Críticas
APRESENTAÇÃO.....	11	Tutela Executiva
PROCESSO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL		Máfia e o processo: ação civil pública e ação popular
Fundamentação como forma democrática de controle das decisões judiciais		Processo à luz da Constituição Federal
The grounds of the court's decision as a democratic form of control	21	GEOCARLOS AUGUSTO CAVALCANTE DA SILVA
Justiça gratuita e advocacia pro bono: aspectos constitucionais		Orlando Haddad Neto
Free justice and pro bono advocacy: constitutional issues	45	Justiça gratuita e advocacia pro bono: aspectos constitucionais
Convenções sobre os custos da litigância (I): admissibilidade, objeto e limites	353	Contract procedure and the costs of litigation (I): admissibility, object and limits
Contract procedure and the costs of litigation (I): admissibility, object and limits	353	ANTONIO DO PASSO CABRAL
Existe, no Brasil, o direito fundamental à obtenção de respostas corretas?: critérios para uma teoria da decisão judicial e requisitos mínimos para se alcançar a resposta correta	371	Is there, in Brazil, the fundamental right to obtain correct answers?: criteria for a theory of judicial decision and minimum requirements to achieve the correct answer
MARCOS DE ARAÚJO CAVALCANTI	91	MARCOS DE ARAÚJO CAVALCANTI
Processo de Conhecimento (FASE COGNITIVA)		Processo de Conhecimento (FASE COGNITIVA)
Dever de comprometimento do juiz e a audiência de mediação do art. 334 do NCPC. Críticas aos dribles hermenêuticos e à sua designação aleatória	431	Dever de comprometimento do juiz e a audiência de mediação do art. 334 do NCPC. Críticas aos dribles hermenêuticos e à sua designação aleatória

The Judge's duty of commitment and the mediation hearing of article 334 of the new Code of Civil Procedure. A critical analysis to hermeneutical tricks and their random application

- Entrevista com o autor MARCELO MAZZOLA 125
de Processo Civil. O projeto de código de procedimento civil brasileiro é um projeto de direito que se encaixa em um ambiente democrático.

TUTELA EXECUTIVA

- Da capacidade de invenção dos juristas brasileiros e o fenômeno da transformação das ações condenatórias em mandamentais: ou o que Pontes de Miranda e Ovídio Baptista da Silva diriam a respeito das leituras (equivocadas) do art. 139, IV, do Código de Processo Civil brasileiro

- The inventiveness of Brazilian scholars and the transformation of condemnatory sentences into commanding sentences: or what would Pontes de Miranda and Ovídio Baptista da Silva have to say about the (erroneous) readings of the art. 139, IV, of the Brazilian Civil Procedural Code*
- IGOR RAATZ e NATASCHA ANCHIETA 153

TUTELA PROVISÓRIA

- Análise dos mecanismos aptos a impedir a estabilização da tutela satisfatória antecedente
- Analysis of the mechanisms capable of preventing the stabilization of an antecedent satisfactory injunction*

- GILBERTO FACHETTI SILVESTRE e LUCAS MAGALHÃES PRATES DE LIMA 185

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – PROCESSO NOS TRIBUNAIS

- Recursos especiais repetitivos à luz do *stare decisis* e da segurança jurídica: a política de precedentes no Superior Tribunal de Justiça e na Suprema Corte dos Estados Unidos

- Special repetitive claims in light of the stare decisis and legal certainty: the politics of precedent on the Superior Tribunal de Justiça and on the U.S. Supreme Court*
- LUDMILA DA CUNHA LUIZ MICHILES 209

Considerações sobre a ampliação do quórum no julgamento da apelação

Considerations on the extension of the quorum of judgment of the appeal

- SANDRO MARCELO KOZIKOSKI e WILLIAM SOARES PUGLIESE 237

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Estratégias do CPC/2015 para conter a litigiosidade repetitiva: expectativas e limites <i>Strategies to curb repetitive litigation under the Brazilian 2015 Code of Civil Procedure: expectations and boundaries</i>	265
ANSELMO PRIETO ALVAREZ, FABRIZIO DE LIMA PIERONI e CIANE SERPA	
Resposta	
TUTELA DIFERENCIADA	
Coisa julgada em matéria tributária e o CPC de 2015: considerações em torno da Súmula 239 do STF <i>Res judicata on tax Law and the Brazilian 2015 Civil Procedure Code: considerations about the Precedent 239 of the Brazilian Supreme Court</i>	607
CASSIO SCARPINELLA BUENO	295
Dever de fundamentação e sua aplicação no âmbito do Tribunal de Contas	
Duty of grounds and its application within the Court of Audit	
CÉSAR AUGUSTO MARTINS CARNAÚBA e MARCELLO DE OLIVEIRA GULIM	331
Fazenda Pública e a revelia: uma relação de incompatibilidade mitigada	
<i>Public Treasury and the absentia: a mitigated incompatibility ratio</i>	
JOÃO PAULO MARQUES DOS SANTOS e JÚLIO CÉSAR MENDES BRASIL	353
O custo das disputas judiciais tributárias para a Fazenda Pública	
<i>The cost of tax litigation to the Public Treasury</i>	
LUIZ ROBERTO PEREIRA BARBOSA e ANDRÉA MASCITTO	371
Embargo de navio: valor da garantia financeira substitutiva	
<i>Ship arrest: value of security to release a ship from an arrest</i>	
MARCOS SIMÕES MARTINS FILHO	383

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Vita, morte (e resurrezione?) del processo del lavoro

Vida, morte (e resurreição?) do processo do trabalho

ANDREA PROTO PISANI 429

Ideología y justicia lega (con una hipótesis sobre el origen romano del jurado inglés)

Ideology and Lay Judges (with a Hypothesis about the Roman Origin of the English Jury)

JORDI NIEVA-FENOLL 437

DIREITO SUPRA E TRANSNACIONAL

Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e duração razável do processo

Inter-American system for the protection of human rights and reasonable duration of the procedure

EDUARDO CAMBI e ALINE REGINA DAS NEVES 467

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

O sistema de múltiplas portas e o acesso à justiça no Brasil: perspectivas a partir do novo Código de Processo Civil

The multi-door courthouse and access to justice in Brazil: perspectives from the new Civil Procedure Code

GUSTAVO SANTANA NOGUEIRA e SUZANE DE ALMEIDA PIMENTEL NOGUEIRA 505

RESENHA

Probidade administrativa como direito fundamental difuso

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR 603

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 607**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA** 617